

GOVERNO

23 ABR 1990

GAZETA MERCANTIL

*Congressional*

# Líderes negam preocupação com a disputa de cargos pelos políticos

200

por Claudio Kuck  
de Brasília



Renan Calheiros

A disputa pelos quase 20 mil cargos federais ainda vagos em todos os estados que despertam a cobiça dos partidos que apoiaram o governo na aprovação das medidas provisórias, como PFL, PTB, PDS, PL, PDC e dissidentes do PMDB, e outros, não preocupa aparentemente os líderes do governo. "Não prometemos nada concreto nem oferecemos qualquer barganha, mas é claro que muitos postos poderão ser ocupados por candidatos de políticos ligados ao governo, desde que sejam pessoas capacitadas e honestas", afirmou o deputado Renan Calheiros.

O senador José Ignácio Ferreira reforça a idéia, lembrando que, justamente para evitar pressões, pediu ao presidente Collor que suspendesse todas as nomeações antes das votações. "Por isso, é absurda a crítica do líder do PMDB, Ibsen Pinheiro, ao dizer que o governo Collor inverteu a máxima que valia no governo Sarney de que é dando que se recebe, para receber antecipadamente e dar depois, queremos é normalizar", explicou ele. Mas também disse que os aliados não serão esqueci-

dos, "embora sem fisiologismo".

Na verdade, nos encontros que Collor teve há algumas semanas com as bancadas do PFL, PDS e PTB, ele prometeu dar atenção especial aos que apoiassem as medidas. Isso não está acontecendo muito agora na prática e o PTB já ameaçou uma revolta, quase conseguindo junto com o PMDB, PSDB e esquerda aumentar o limite de saque da poupança de Cr\$ 50 mil para Cr\$ 100 mil. O líder do PTB, Gastone Righi, nega a acusação de que o partido agiu assim porque não teve atendida a reivindicação para indicar o presidente da Companhia

Docas de Santos. Ele, entretanto, acha que o critério mais justo para preencher os cargos vagos é o político, "desde que quem indicar fique responsável perante os eleitores pela boa atuação do nomeado".

O líder do PFL, Ricardo Fiuza, também aumentou a pressão sobre o governo nos últimos dias, exigindo em reuniões com os ministros Ozires Silva e Zélia Cardoso de Mello que o partido seja copartícipe das decisões do governo, porque não estão mais dispostos a dar seu apoio automático a novas medidas e projetos. Já o senador Fernando Henrique Cardoso diz que "mesmo que o governo não dê cargos não terá problemas, pois o Congresso agora já está esvaziado pela campanha eleitoral e o básico que ele tinha a aprovar já foi conseguido".

José Ignácio é de mesma opinião, mas lembra que restam ainda medidas importantes sobre a dívida externa que possivelmente terão de passar pelo Congresso. "Queríamos mandar tudo junto, mas não foi possível porque para negociar com os credores precisávamos antes de um mínimo de credibilidade interna." Já a resposta violenta do porta-voz da Pre-

sidência, Cláudio Humberto Rosa e Silva, ao pronunciamento crítico de Ibsen Pinheiro contra o governo, causou certo mal-estar no Congresso. Há receio dos líderes de que o paciente trabalho de apoio dos deputados do PMDB possa ser prejudicado.

O próprio deputado Roberto Cardoso Alves — autor da frase "é dando que se recebe" durante a Constituinte — criticou Cláudio Humberto: "Na verdade ele sabe que isso funciona assim mesmo, tanto é que naturalmente o governo está cheio de alagoanos, porque são as pessoas de confiança do presidente". Os gabinetes de Renan e José Ignácio recebem dezenas de pedidos de nomeações diariamente, que por enquanto estão sendo apenas anotadas. A coordenação principal na questão de nomeações está com o ministro da Justiça, Bernardo Cabral.

Os cargos mais cobiçados são os da Sudene, Suframa, delegacias regionais do Trabalho, Saúde e Ensino, no Conselho Nacional de Abastecimento, até em postos de saúde e de agentes do Funrural. Cada nomeação pode dar força política e garantir apoio de cabos eleitorais nas eleições de 3 de outubro.